

Experimentações democráticas sociocentradas: fundamentos teóricos e perspectivas analíticas

Sociocentered democratic experimentations: theoretical foundations and analytical perspectives

Altemar Felberg¹   

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Itabuna, BA, Brasil

Valéria Giannella²   

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Itabuna, BA, Brasil

Adriane Vieira Ferrarini³   

Universidade Federal de Pelotas (UFPe), Pelotas, RS, Brasil

RESUMO

Com o objetivo de resgatar e valorizar saberes-fazer políticos oriundos do Sul Global, este artigo propõe um aprofundamento do conceito de “experimentações democráticas sociocentradas” (EDS), orientado por uma perspectiva ontoepistêmica descolonizada. Busca-se, com isso, contribuir para a construção de um quadro analítico capaz de interpretar e reconhecer essas experiências em diferentes contextos. Elas são classificadas em três tipos: povos e comunidades tradicionais, lutas populares e movimentos sociais e coletivos contemporâneos. Para tanto, retoma-se a noção de ampliação ontoepistêmica da política, elucidando seu significado por meio de cinco categorias estruturantes: comunidade, cotidianidade, alteridade, integralidade e autogestão. Em um segundo momento, examina-se a articulação entre investigação pública e experiência pública, dimensão central para a compreensão das práticas políticas analisadas. Essas reflexões convergem, por fim, na consolidação do conceito de EDS, sustentando a hipótese de que esse referencial amplia o nosso alcance analítico, inclusive para além do contexto latino-americano. O artigo, de cunho teórico, constrói-se por meio de processos de busca, revisão e interpretação de literatura. Como resultado, constatamos que as EDS se constituem como expressões de autonomia coletiva diante do Estado e do mercado; promovem

Recebido em: 08/05/2026

Aceito em: 13/08/2026

Publicado em: 23/09/2026

DOI: [10.5281/zenodo.22859185](https://doi.org/10.5281/zenodo.22859185)

Licenciado sob a [CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Conflito de interesses: Declaram inexistência.

Financiamento: A autora Adriane Ferrarini agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de Produtividade em Pesquisa (nível PQ-2).

Parecer CEP: Não se aplica.

Uso de IA Generativa: Declaram não utilização.

¹ Administrador e gestor social, doutor em estado e sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), professor da UFSB e integrante do Grupo Paidéia, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com atuação em gestão social e economia solidária.

² Formada em planejamento territorial, doutora em políticas públicas do território, docente em gestão social pela UFSB, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES) da UFSB e coordenadora do Grupo Paidéia/CNPq. Professora visitante em “Sapienza” (Roma) em 2025.

³ Doutora em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pelotas (UFPe). Pesquisadora bolsista produtividade 2 do CNPq. Financiamento: CNPq.

uma crítica radical às formas hegemônicas de democracia representativa; articulam o cotidiano com o político, desestabilizando dicotomias tradicionais; compartilham uma aposta comum na transformação democrática a partir das margens e, finalmente, contribuem para a redefinição do significado e do valor potencial dos “sujeitos periféricos” nas sociedades contemporâneas, por manter aberto o espaço das alternativas de futuro.

Palavras-chave: experimentações democráticas sociocentradas; política; democracia; participação; decolonialidade.

ABSTRACT

This article aims to recover and valorize political knowledges and practices emerging from the Global South by deepening the concept of “sociocentered democratic experimentations” (SDE), grounded in a decolonized onto-epistemic perspective. In doing so, it seeks to contribute to the construction of an analytical framework capable of interpreting and recognizing such experiences across different contexts. They are classified into three types: traditional peoples and communities, popular struggles and social movements, and contemporary collectives. To this end, the article revisits the notion of the onto-epistemic expansion of politics, elucidating its meaning through five structuring categories: community, everyday life, alterity, integrality, and self-management. In a second moment, it examines the articulation between public inquiry and public experience, a central dimension for understanding the political practices analyzed. These reflections ultimately converge in the consolidation of the concept of SDE, supporting the hypothesis that this framework broadens our analytical reach, including beyond the Latin American context. The article is theoretical in nature and is developed through processes of literature search, review, and interpretation. As a result, we argue that SDE constitute expressions of collective autonomy in relation to the State and the market; promote a radical critique of hegemonic forms of representative democracy; articulate everyday life with politics, destabilizing traditional dichotomies; share a common commitment to democratic transformation from the margins; and, finally, contribute to redefining the meaning and potential value of “peripheral subjects” in contemporary societies by keeping open the space of possible futures.

Keywords: sociocentered democratic experimentations; politics; democracy; participation; decoloniality.

Este artigo foi produzido a partir de pesquisas empíricas e reflexões teóricas provenientes dos projetos de pesquisa coordenados pelos autores, a saber: projeto da bolsa de produtividade em pesquisa da Chamada CNPq 9/2022, da autora Adriane Vieira Ferrarini e projeto de pós-doutorado “Experiências públicas sociocentradas: regeneração urbana e social como cocriação entre instituições e comunidades auto-organizadas” que a autora Valéria Giannella realizou em 2025 junto à Universidade La Sapienza, em Roma, com a colaboração de Altamar Felberg, como membro do Grupo de Pesquisa Paideia.

1 Introdução

O tema e o debate em torno da crise da democracia estão em alta nos últimos tempos, tanto no Sul quanto no Norte Global, embora essa crise apresente sintomas diferentes e gere diagnósticos também distintos sobre como enfrentá-la. De modo geral, podemos observar, por um lado, certa acomodação com a “democracia real”, considerando irrealista, ou até perigoso, cobrar dessa o cumprimento integral de suas promessas; por outro, existe uma inconformidade com o seu desempenho, considerado decepcionante e incipiente, o que acarreta a denúncia de que ela é um projeto inconcluso, algo que nunca chegou a entregar o tanto que prometeu: a inclusão do povo nas decisões que lhe dizem respeito, assim como o gozo de direitos básicos que evoluem com o tempo.

Na pesquisa que desdobramos, desde 2021, exploramos o tema do chamado “experimentalismo democrático”, na qualidade de campo teoricamente atraente e promissor, visto que reflete a insatisfação com o estado da democracia real, o que nos permite esquadriñar novas formas para melhorar sua performance. Em artigos anteriores (Ferrarini; Giannella; Felberg, 2024), identificamos três vertentes principais dentro desse campo, caracterizadas por interpretações da crise e, conseqüentemente, por distintas abordagens teórico-práticas. Uma primeira vertente é ligada à dimensão institucional da democracia e às perspectivas de reforma da estrutura constitucional do Estado e da política (Dorf; Sabel, 1998; Unger, 2011; Gaspardo, 2018). Uma segunda está centrada nas práticas de *problem solving*, no campo da chamada governança democrática, tendência associada às múltiplas e possivelmente contraditórias abordagens teóricas que sustentam tais práticas (Dorf; Sabel, 1998; Ansell, 2011). Essas duas vertentes têm mantido uma visão clássica de centralidade do Estado no que se considera possível experimentar, mesmo preconizando a necessária ampliação dos processos de governo (nos termos da governança democrática). Há ainda uma terceira vertente, que caracterizamos pelo adjetivo “sociocentrada”⁴, marcando uma específica e inovadora concepção de democracia, objeto da pesquisa e do artigo, a qual consideramos que é o melhor caminho a ser trilhado para encarar a crise da democracia e da participação que as sociedades modernas atravessam.

John Dewey (1927) foi um brilhante antecipador e inovador, no contexto do pensamento ocidental, dos temas da democracia e da educação (ambas declinadas, dando ênfase ao conceito de experiência), que tem inspirado um importante trabalho de atualização dos conceitos de governo e políticas públicas, levado a cabo por diversos autores e autoras contemporâneos ligados à noção de “ação pública” (Andion; Magalhães, 2021; Ansell, 2011; Cefaï, 2017). No entanto, mesmo reconhecendo o grande valor da raiz deweyana e das recentes contribuições teóricas ao experimentalismo democrático — por meio dos conceitos de governança cooperativa/democrática e de ação pública — ainda nos parece crucial mergulhar na contribuição que o sul epistêmico pode nos oferecer para ampliarmos as lentes de interpretação sobre o tema. Isso se dá no sentido de resgatar formas insurgentes de prática política, especialmente aquelas protagonizadas por sujeitos sociais historicamente excluídos, inclusive das instâncias da participação institucionalizada que nasceram com a promessa de incluí-los nos processos de decisão política. Sendo assim, “Estas epistemologias, embora não muito distantes do pragmatismo, têm a originalidade de nos tornar conscientes da modalidade particular de dominação representada pela invisibilização de segmentos inteiros no mundo” (Laville; Frère, 2022, p. 43).

⁴ Inspirado em Boulosa (2013), o conceito quer destacar uma mudança de perspectiva da tendência dominante a considerar todas as formas da política necessariamente protagonizadas pelo Estado, ao reconhecimento de centralidade das dinâmicas sociais enquanto cruciais para a produção das práticas políticas transformadoras.

Na esteira desse movimento de resgatar o valor da experiência no fazer político, autores como Moraes, Tarin e Tibles (2015), Perlatto (2015), Melo (2021), dentre outros, nos permitem ampliar a reflexão sobre esse conceito — também antecipada em Dewey (2010) por meio da noção de experiência estética e integral — coerentemente com uma postura decolonial e contracolonial, que nos leva a reconhecer a imbricação das muitas dimensões do ser e do fazer (inclusive público), separadas na visão eurocêntrica dominante. Essa compreensão ampliada do valor crucial da experiência, que extrapola a dimensão cognitiva e a de construção dos hábitos, alinha-se com a tradição latino-americana das abordagens sentipensantes e nos permite reconhecer o rastro colonialista de muitas instituições participativas e o tanto de ações que comunidades e experiências autóctones da América Latina, passando pelas distintas gerações de movimentos sociais até formas contemporâneas de ativismo social, estão realizando.

É nesse horizonte de valorização dos saberes-fazeres políticos oriundos do Sul Global que o artigo propõe aprofundar o entendimento das categorias constitutivas do conceito de EDS, a partir de uma perspectiva ontoepistêmica decolonial, com o intuito de fortalecer um quadro analítico que possibilite o reconhecimento e a interpretação dessas experiências. O texto organiza-se em três seções, além desta: na primeira, revisitamos o conceito de ampliação ontoepistêmica da política, detalhando suas cinco categorias estruturantes (Ferrarini; Giannella; Felberg, 2024); na segunda, examinamos a relação entre investigação pública e experiência pública, fundamental para compreender as práticas políticas observadas; e, na terceira, articulamos essas reflexões para consolidar o conceito de EDS, avançando na hipótese de que esse esquema interpretativo amplia o alcance analítico, inclusive para além do contexto latino-americano. Para dar conta dessa tarefa, o artigo, de cunho predominantemente teórico, contou especificamente com processos de busca, revisão e interpretação de literatura (Gil, 2019). Por sua vez, a pesquisa empírica desenvolvida em fases anteriores e os seus procedimentos — a exemplo da participação observante conforme Albert (1997) — são a base fundamental que alimenta o nosso avançar.

2 A noção de política nas experimentações democráticas sociocentradas

É a partir das questões do nosso tempo que nos sentimos mobilizados a refletir, compreender e buscar saberes e experiências que possam contribuir para a superação dos dilemas atuais. Nos últimos séculos, a consolidação da sociedade moderna capitalista deslegitimou e descaracterizou os laços de proximidade como elementos fundamentais de coesão, proteção e transformação social. No lugar da comunidade, impõe-se a referência canônica do Estado como ator central da gestão da vida em sociedade e da política como sinônimo do seu fazer institucional e formal (Oliveira; Ferrarini; Dowbor, 2023), nos meandros de governos democráticos.

No entanto, a democracia, nessa perspectiva liberal, não tem logrado cumprir as promessas da modernidade, seja por liberdade, seja por igualdade. O adjetivo “democrático” vem sendo utilizado por governos, mesmo diante da persistência do fenômeno da exclusão radical de amplas camadas da população do acesso a direitos básicos, à autodeterminação e à voz (Ferrarini; Giannella, 2023). A propósito, nem mesmo em democracias ditas consolidadas, esse sistema de governo tem sido capaz de garantir acesso universal a direitos. É também sob governos formalmente democráticos que testemunhamos o aumento abissal das desigualdades no mundo e a emergente crise climática que afeta, de forma drástica, a continuidade da vida no planeta, tal como a entendemos até então.

Esses contextos de desproteção, vulnerabilidade e medo empurram e encorajam as pessoas a buscarem lugares seguros e a se unirem na busca pela recriação de vínculos de solidariedade e práticas de reciprocidade (Laville; Frère, 2022). Assim, as práticas que definimos sociocentradas se constituem em um fazer político que amplia os sentidos costumeiramente atribuídos a esse fazer; elas não negam o Estado como espaço político, mas se contrapõem à ideia de que o agir dele seja centro da política. Desvendarmos os sentidos sobre esse fazer “desde baixo” da sociedade, das comunidades e dos grupos que as compõem, assim como das formas do “fazer político”, invisibilizadas ou relegadas ao caráter ocasional e residual, é uma tarefa complexa, não implicando apenas retornar a uma ideia romântica de vida comunitária. O movimento analítico necessário para tanto nos requer uma primeira tarefa, **desconstrutiva** do legado colonial da competição, do individualismo e da mercadorização da vida e das relações, nos quais estamos imersos desde nossa formação cidadã; um legado que marca também os pilares da ciência e das instituições acadêmicas, já amplamente questionados em sua dimensão epistêmica. A desconstrução da monocultura do poder (Santos, 2003; Oliveira; Ferrarini; Dowbor, 2023) permite o reconhecimento da política vivida em práticas e experiências sociocentradas, cuja invisibilidade ou ausência não foi obra do acaso, mas, sim, ativamente produzida.

É a partir de perspectivas epistêmicas do Sul, decoloniais e contracoloniais, que buscamos refletir, de forma situada, sobre alguns dos dilemas democráticos persistentes no continente latino-americano, o que nos possibilita uma segunda reflexão, de cunho **reconstrutivo**. Afinal, quais outros modos podem haver de interagir, de se organizar e de fazer política? Autores como Dussel (2006), Zibechi (2007), Castoriadis (2013), Acosta (2016) e Pateman (2013), dentre outros, nos guiam na escavação de experiências e saberes marginalizados e silenciados pela colonialidade e têm contribuído para uma melhor compreensão dessas práticas políticas como experimentações sociocentradas. O ponto central do argumento dos autores e autoras do sul epistêmico consiste em recuperar o invisível, possibilitando que outros modos de conhecer, ser, viver, produzir e conviver de comunidades tradicionais, ancestrais e populares possam ser acessados e

credíveis (Santos, 2003; Ferrarini, 2008; Oliveira, 2024). Não raras vezes, essas comunidades produzem práticas contra-hegemônicas profundamente amalgamadas nos âmbitos político e econômico, visto que a produção e a reprodução da vida se integram em seu cotidiano. Trata-se, segundo Laville e Frère (2022, p. 37), “[...] de identificar as formas atuais de dominação e discernir as alavancas da emancipação, especialmente quando elas são ativadas por populações que muitas vezes estão invisibilizadas”.

Politicamente, os arranjos coletivos são as formas autogestionárias de organização da vida em comum e do trabalho associado. Aqui encontramos pistas para os dilemas democráticos do nosso tempo, que não se encerram na negação da democracia, mas, sim, na possibilidade de disputar seu conceito (Giannella, 2020) entre duas noções: democracia formal, liberal-elitista e de baixa intensidade ou democracia substantiva, participativa e de alta intensidade, atravessada, ainda, por uma crítica à sua matriz colonial (Ballestrin, 2014). A democracia substantiva é a que nos interessa e, melhor ainda, a “democracia como modo de vida” (Dewey, 1939), mote que nos permite a compreensão do fazer político presente nas experimentações democráticas sociocentradas, pois a democracia adquire sentidos inovadores e radicais quando olhamos para as formas auto-organizativas e autogestionárias da vida em comum e também quando analisamos as aprendizagens advindas da democracia participativa. No Brasil, por exemplo,

[...] a participação institucionalizada incorreu em limites, profundamente analisados por extensa literatura que apontou, sinteticamente, a persistência de padrões autoritários e patrimonialistas, burocracia autorreferenciada e dispositivos elitistas para “cidadãos com boa escolaridade”, dentre outros (Dagnino, 2002; 2004; Dagnino; Tatagiba, 2007; Tatagiba, 2010; Avritzer, 2011; Cunha et al., 2011; Brasil, 2012; Ipea, 2012, 2014; Teixeira, 2013; Núñez, 2018; Gaspardo, 2018; Giannella, 2018). (Ferrarini; Giannella, 2023, p. 6).

Entendemos que se trata de esferas diferentes — do instituinte e do instituído — em certa medida complementares, visto que a democracia substantivamente vivida gera um fortalecimento sociopolítico que inclusive pode impulsionar as pessoas a ingressarem em esferas instituídas para lutarem pela ampliação de direitos relativos à sua causa, em especial em governos populares. Nesse sentido, não podemos deixar de registrar que há uma fonte rica e inesgotável de produção de solidariedade social e força política na autogestão. A trajetória da economia solidária brasileira (Oliveira, 2021; Oliveira; Ferrarini, 2021), por exemplo — com experiências representativas das EDS — é emblemática ao revelar as nuances de ciclos nos quais processos instituintes dão origem a formas instituídas, que, por sua vez, demandam constante reativação por meio do retorno à vida política que pulsa nos territórios, reabrindo possibilidades de transformação e reconstrução democrática. A própria institucionalização da pauta com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do Ministério do Trabalho

e Emprego (MTE), evidencia esse movimento: ao mesmo tempo em que amplia direitos e reconhecimento, também explicita limites que tensionam os atores sociais a reativarem, nos territórios, práticas autogestionárias e formas de ação coletiva. As experimentações democráticas, constituídas em diferentes relações com a institucionalidade e marcadas por especificidades, ciclos e aprendizados próprios, como as experiências do Conselho da Juventude Pataxó da Bahia (Conjupab) e do Congresso Popular de Educação para a Cidadania (CPEC), vêm sendo analisadas pelos autores no âmbito do experimentalismo democrático em trabalhos anteriores (Ferrarini; Giannella; Felberg, 2024; Ferrarini; Giannella, 2023), embora este artigo concentre sua atenção na terceira vertente apresentada na introdução. Do ponto de vista econômico — considerando que a crítica ao capitalismo está implicada na crítica à democracia do tipo liberal-representativa — as experimentações democráticas relativas ao comunitarismo dos povos do Sul Global nos remetem à economia voltada à satisfação das necessidades e à reprodução ampliada da vida.

Se há um conceito para expressar esta outra economia integrada à vida, ao território e à natureza e com capacidade de integrar estes dois mundos, este conceito é o *Buen Vivir*. Ainda que sob múltiplas denominações (Estermann, 2013; Acosta, 2016) e suas diferentes concepções [...], o *buen vivir* ou *sumak kawsay* genericamente representa uma vida digna, ainda que austera, que concebe o bem-estar de forma holística, identificando-o com a harmonia com o entorno social (a comunidade), com o entorno ecológico (a natureza) e com o entorno sobrenatural (os Apus ou Achachi las e demais espíritos de um mundo encantado) (Oliveira; Ferrarini, 2021, p. 151).

Tais experimentações também remontam à tradição de gestão compartilhada dos recursos e às formas de trabalho coletivo (Viola Recasens, 2014), possíveis por meio de múltiplas formas do fazer político que se constituem para além do cânone da democracia moderna.

Nesse exercício de reflexão reconstrutiva da política, identificamos cinco elementos — indissociáveis na prática — que consubstanciam uma concepção de política descolonizada e ampliada e que contribuem para o enriquecimento e a pluralização de análises de experiências democráticas sociocentradas em sua diversidade.

O primeiro elemento é a **comunidade** como centro do fazer político. O sentido e a vida comunitária têm raízes nos modos tradicionais e ancestrais de vida nas aldeias, nas tribos, nos vilarejos etc., manifestando-se contemporaneamente em comunidades urbanas (periféricas ou não), vilas rurais, territórios e formas variadas de agregação e associação. Contudo, a unidade de tempo e lugar, tampouco a junção de pessoas, não são suficientes para definir uma comunidade. A propósito, o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), presenciado desde a década de 1990, possibilitou a formação de comunidades até mesmo sem pertencimento a um espaço geográfico em

comum. Ser comunidade é partilhar ideais, valores e emoções que formem vínculos de interdependência simbólicos e/ou materiais. Segundo Bauman (2003, p. 15-16), “[...] é um sentimento recíproco e vinculante — a vontade real e própria daqueles que se unem; e é graças a esse entendimento [...] que na comunidade as pessoas permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam”.

A comunidade foi um princípio de regulação social negligenciado na modernidade ocidental globalizada, em função da hipertrofia do Estado e do mercado. Laços sociais de confiança e proximidade se tornam cada vez mais difíceis de serem construídos no contexto de expansão capitalista, marcado pela destruição das formas de vida comunitárias, pela luta por sobrevivência e pela competição desumanizadora que impera. Portanto, o ato de se vincular — em dinâmicas sempre complexas e diversas que são características das relações horizontais e simétricas — é por si um ato de resistência ao legado colonial de atomização dos seres humanos, de instrumentalização das relações e de mercadorização da vida. Na atualidade, os sentidos da comunidade se expressam também em novos ativismos que demonstram um esvaziamento do sentido da representação e da participação institucional, um esgotamento que também já estava sendo apontado pela geração de militantes que ocupavam esses espaços no Estado. Em várias dimensões, essa nova geração política aponta para a dinâmica de produção de uma existência coletiva capaz de falar por si mesma (Moraes; Parra, 2020; Pleyers, 2010; Hoffman, 2020).

As experiências comunitárias de solidariedade acontecem no **cotidiano** da vida em comum, que é o nosso segundo elemento.

As experiências cotidianas parecem minúsculos fragmentos isolados da vida, tão distantes dos vistosos eventos coletivos e das grandes mutações que perpassam a nossa cultura. Contudo, é nessa fina malha de tempos, espaços, gestos e relações que acontece quase tudo o que é importante para a vida social. É onde assume sentido tudo aquilo que fazemos e onde brotam as energias para todos os eventos, até os mais grandiosos (Melucci, 2004, p. 13).

O político, por exemplo, está presente no plano imaginário da vida cotidiana na forma de uma ruptura radical, em alguns casos difusa, em outros intermitente, que se concretiza na construção de experiências lúcidas, festivas e estéticas, nos labores e no desfrute de todos os dias (Echeverría, 1998), que são vividos e produzidos em todos os lugares (Pateman, 2013). O caráter cotidiano dos fazeres políticos também é encontrado em Cornelius Castoriadis (2013) e outros. A política vivida no cotidiano traz a necessidade de criar possibilidades no tempo presente, em vez de apostar em um projeto que se realizará no futuro (Santos, 2002; Moraes; Tarin; Tibles, 2015). São experiências que prefiguram em atos concretos os elementos de um mundo melhor e performativo, como nos moldes do lema gandhiano: “Seja a mudança!” (Pleyers, 2010).

O terceiro elemento se refere à **alteridade**, uma marca não apenas da ação política, mas também do social (Castoriadis, 2008) e da condição humana, o que nos remete à discussão da diferença como diversidade na alteridade. A diferença aparece como condição intransponível do conflito e da capacidade humana de criar formas de negociação (Roux, 2020), por meio do desejo de um modo de viver (Dussel, 2006) e do imperativo da interdependência na organização da vida em comum (Oliveira; Ferrarini; Dowbor, 2023). Nesse sentido, o ser humano carrega em si, ao mesmo tempo, a noção de singular e de múltiplo e o respeito à alteridade implica assumir “[...] um compromisso de convivência democrática e equitativa, em que a busca pela harmonia deve ser a marca das relações dos seres humanos entre si e destes com a Natureza” (Acosta, 2016, p. 158). Ora, é importante observar que a referência ao objetivo da harmonia pode ser interpretada não como um necessário apagamento do conflito, mas, sim, como a capacidade de conviver com ele sem aniquilar o diferente. Se a democracia fosse apenas harmonia, seria estática; se fosse apenas conflito, seria uma constante guerra civil.

Em quarto lugar, identificamos a **integralidade** desse fazer político no cotidiano, que remete a duas dimensões. A primeira se refere à não separatividade entre corpo, emoção e mente como forma de superação do racionalismo cognitivo que demarca o epistemocentrismo hegemônico. O “sentipensar”, de Escobar (2008) e Fals Borda (2014), nos conecta com uma concepção do corpo radicalmente outra em relação ao projeto moderno. Como alternativa a ele, o corpo deixa de ser projeto individual para se tornar nó de relações: é a matriz primeira de cada experiência. É a partir dele e das marcas que carrega (de raça, gênero e classe) que se tornam possíveis a significação do mundo e das relações, bem como a produção de um conhecimento já não neutro, mas encarnado. A partir dessa visão, a prática política recusa a separação moderna entre o biológico e o social, entre a emoção e a razão, situando a corporalidade no centro da reconstrução do comum. A segunda dimensão considera que a política está e é produzida por meio das expressões e interações afetivas, artísticas, lúdicas etc., em que a espiritualidade é também importante. Mãe Beth de Oxum (apud Moraes; Tarin; Tibles, 2015, p. 64), por exemplo, afirma: “[...] a gente não separa militância de festa. Isso fica para os partidos, isso fica para os intelectuais. A gente mistura essas coisas [...]”. Os povos em movimento (Zibechi, 2007), a exemplo dos zapatistas, também apostam nas artes em seu fazer político, dada a sua capacidade de resgatar a essência do ser humano, integrando-o a ela e unindo as pessoas em fraternidade. “À diferença da política, a arte não tenta reajustar ou consertar a máquina. Ela faz algo mais subversivo e inquietante: mostra a possibilidade de outro mundo” (Reyes; Ferreira, 2024, p. 157).

A quinta e última característica resultante da reflexão reconstrutiva da política diz respeito à **autogestão**, expressa sob diversas formas auto-organizativas ou autogeridas de vida (Oliveira; Ferrarini; Dowbor, 2023), as quais reconectam a política, a economia e a cultura no todo social como dimensões da vida que foram apartadas pela tríade modernidade-

capitalismo-colonialismo (Castoriadis, 2013; Dussel, 2006; Lander, 2010). O princípio da autogestão implica assumir uma postura que definimos utópica, na condição de horizonte que nos leva a caminhar na direção desejada⁵. Dito de outra forma, a autogestão como supressão de toda forma de divisão do trabalho, cuja viabilidade pressupõe indivíduos não apenas inteiramente altruístas, mas também multifuncionais e dotados de plena racionalidade comunicativa, é um ideal para as experiências concretas e, como dito, sustenta o caminhar delas (Gaiger; Ferrarini; Veronese, 2018). A autogestão se vincula também ao conceito de autonomia, encontrado no conselho do Comandante Tacho de “cair fora”: “Se o cavalo no qual cavalgamos corre descontrolado rumo ao abismo, é mais que prudente abandonar o cavalo do “progresso” e do “desenvolvimento” irrefletido [...]” (Reyes; Ferreira, 2024, p. 20). Autonomia quer dizer pular desse cavalo antes que seja tarde. “Es precisamente la negación de ese sistema excluyente el momento que antecede a la organización y la acción estratégicas”, corrobora Dussel (2006, 2007). Em suma, “Trata-se de fortalecer os processos assembleístas próprios dos espaços comunitários (aprendendo com os *ayllus*), que são mais democráticos que os processos da democracia representativa desenvolvidos a partir da institucionalidade estatal” (Acosta, 2006, p. 171).

3 Investigações e experiências públicas

A visão ontoepistêmica ampliada de fazer política que abordamos é coerente com uma compreensão radical de democracia que endossamos em nossa pesquisa e que encontra em Dewey (2010) uma importante inspiração. Também reconhecemos o trabalho de atualização conceitual da reflexão deweyana empreendida por estudiosos contemporâneos que introduzem a noção de “ação pública” (Andion; Magalhães, 2021; Ansell, 2011; Cefai, 2017). Tal conceito implica uma crítica e revisitação da visão tradicional de políticas públicas de marca positivista e normativa em seu caráter, focada na ação estatal como centro absoluto do *policy-making* e na sua presumida capacidade de imposição e controle sobre os contextos de ação. Esse conjunto de pressupostos está contradito pelas realidades que observamos, sempre mais complexas e fragmentadas, assim como pelas características dos processos de ação que levam, eventualmente, à produção de políticas públicas. Introduzir o conceito de governança democrática, como fruto da ação pública, representa um avanço em direção a um olhar mais aderente à realidade como ela é; ele introduz a observação de que o governo é um efeito eventual da ação — mais ou menos colaborativa — de um conjunto diversificado de sujeitos que interagem, negociam, conflitam, mediam... chegando finalmente à produção de visões, decisões, ações...

⁵ “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar” (Birri *apud* Galeano, 2014).

No entanto, apesar desse incontestável avanço, é evidente que, até na literatura sobre experimentalismo democrático, existe o preconceito de que tais experimentações são relevantes apenas se e quando interagem com o Estado, persistindo esse como ator central de um fazer político que só pode ser institucionalizado e formalizado (Zibechi, 2007; Oliveira; Ferrarini; Dowbor, 2023; Ferrarini; Giannella; Felberg, 2024). Vozes minoritárias tentam balancear tal preconceito com afirmações de que “[...] existe uma diversidade de formas de experimentação social que ocorre fora de ambientes institucionais e organizacionais” (Andion; Magalhães, 2021, p. 530), mas nos parece que, nessa direção, há ainda um trabalho importante a se fazer. Vai por aqui a opção que fizemos, em anos recentes, de privilegiar a observação das práticas de resistência e insurgência de sujeitos sociais historicamente discriminados e que ficaram às margens dos processos de participação institucionalizados. Essas práticas coadunam com a compreensão de democracia na condição de “forma de vida” (Dewey, 1939) e “padrão de interação social, fonte de ação criativa, de inovação social e de transformação do instituído” (Andion; Magalhães, 2021, p. 529). Elas nos apresentam um padrão de ação política que amplia os cânones postos ao regime democrático pela modernidade, especificamente nas cinco dimensões que citamos na seção anterior. Em trabalhos recentes, usamos os conceitos de investigação pública e de experiência pública para descrever algumas características dessas práticas que nos parecem marcantes, mantendo firme a referência à matriz teórica deweyana. Aqui pretendemos integrá-la a partir de autores como Guerrero Arias (2010), Moraes, Tarin e Tibles (2015), Perlatto (2015) e Melo (2021), os quais, ao trazerem à tona uma perspectiva decolonial, alertam para a imbricação existente nas práticas de sujeitos marginalizados pelo sistema sociopolítico dominante, entre dimensões estéticas que se perpassam e se tornam constitutivas das manifestações políticas insurgentes em oposição ao sistema.

Vamos, então, colocar em foco o conceito de investigação pública, considerando sua conexão — observável nas práticas sociais insurgentes que pesquisamos — com o de experiência pública. O primeiro é reconhecido — conforme Dewey — como um dos fundamentos da democracia como forma de vida, dando estatuto teórico aos processos que levam coletivos e grupos, não necessariamente organizados, a se mobilizarem para reconhecer e definir problemas públicos que os afetam e, em livre interação com os contextos, elaborar caminhos propícios ao tratamento deles. Laville e Frère (2022, p. 41) comungam com esse entendimento ao dizer que “A investigação, como a vida, nos envolve no mundo que nos constrói e que nós construímos”.

O conceito de experiência é igualmente fundamental na reflexão do Dewey (2010), como é de se esperar em um autor que é marco referencial do pensamento pragmatista. No entanto, ele vai além de uma compreensão cognitivista do conceito e nos brinda com a ideia de experiência estética, como aquela em que um sujeito vivencia uma total integração entre o perceptível, o mental e o emocional. Ele fala da “qualidade estética da

experiência”, que não indica algo ligado ao mundo das artes: a experiência é estética porque nela se verifica a integralidade. Falando, por exemplo, do ofício intelectual, Dewey escreve: “Nenhum pensador pode exercer sua ocupação, a menos que seja atraído e recompensado por experiências integrais, totais, que valham a pena intrinsecamente” (Dewey, 2010, p. 12).

A intersecção dos dois conceitos nos leva à compreensão de que os processos de investigação pública são realizados, sustentados e alimentados por fluxos de experiências estéticas e integrais que se tornam públicas⁶ por serem construídas, vivenciadas e gerenciadas por grupos e coletivos. Nesse processo, eles vislumbram e praticam formas alternativas às dominantes de interação social e política, de exploração e decisão sobre caminhos para tratar problemas e de como avançar para trilhá-los. O cruzamento conceitual aqui vislumbrado vai na perspectiva de um pensamento decolonial que, olhando as práticas políticas de sujeitos historicamente marginalizados (povos tradicionais e periféricos, do campo e da cidade), reconhece a impossibilidade de separar delas as dimensões lúdicas, ritualísticas, espirituais e festivas; isso em contraposição ao pensamento eurocêntrico, persistente em suas bases racionalistas. Para Guerrero Arias (2010, p. 5), “[...] o epistemocentrismo hegemônico logra o controle absoluto da vida, do político, do econômico, da natureza, da espiritualidade e da cultura [...] com o fim de controlar os saberes, subjetividades, imaginários e corpos, assim como os afetos”. Mais do que “pular do cavalo”, analogia que trouxemos no tópico anterior, vencer essas heteronomias e estruturas de poder e opressão implica em “viver com alegria” (Reyes; Ferreira, 2024).

Ao mesmo tempo, Perlatto (2015), ao tratar do conceito de contrapúblicos subalternos (Fraser, 1992), assevera que no Brasil esses se distanciaram dos padrões europeus, não adotando necessariamente padrões “críticos racionais”. Diversamente, “[...] assumiram, mecanismos mais ‘expressivistas’, carnavalescos e lúdicos, muito mais ancorados na emoção, nos sentimentos, no humor, na ironia e na paródia do que nas palavras de ordem prontas e bem formuladas” (Perlatto, 2015, p. 140). Ainda, Moraes, Tarin e Tibles (2015), ao trazer entrevistas de sujeitos e sujeitas pertencentes a povos tradicionais e periféricos, corroboram a ideia de que, junto desses povos, a militância e a festa não são coisas separadas, mas, sim, misturadas e que se fortalecem reciprocamente. Essas experiências públicas que se autorreferenciam e se autorrefletem são compreendidas, na visão de Laville e Frère (2022), como “experiências emancipatórias”. Elas articulam formas de proteção social e material e ultrapassam o repertório tradicional dos movimentos sociais, baseando-se na auto-organização e no poder de agir, promovendo uma sociodiversidade tão essencial quanto a biodiversidade para a preservação do mundo.

⁶ Extrapolando a característica tipicamente individual da experiência.

Assim, uma abordagem teórica decolonial consolida a compreensão de que não existe investigação pública, na condição de atividade intelectual, separada de experiências públicas nas quais se sobressai a característica “expressivista”. Investigação e experiências públicas são, de fato, nessa visão, especificações analíticas de um único movimento em que as práticas de resgate identitário, de reafirmação de cosmovisões subalternizadas e de possibilidades outras do ser social e comunitário retroalimentam constantemente a investigação de alternativas possíveis às formas de convivência dominantes, identificando problemas e possíveis soluções por meio da criação de arranjos sociotécnicos situados e colaborativos (Moraes; Parra, 2020).

4 Experimentações democráticas sociocentradas: um conceito em construção

Ancorados na noção de política concebida por atores sociais que protagonizam iniciativas reconhecidas como experimentos democráticos sociocentrados — constituída por elementos que tipificam uma concepção de política reconstruída e ontoepistemologicamente ampliada, enraizada no espaço comunitário, praticada no cotidiano e orientada pelos princípios da alteridade, integralidade e autogestão —, avançamos no exercício teórico de aproximação e integração entre os conceitos de investigação e experiência. Essa articulação se dá com base em suas naturezas públicas, assumidas aqui como elementos de convergência, ou seja, interpreta-se ambas como expressões de uma ação consciente, reflexiva e estética de sujeitos integrais em sua incompletude humana, que se auto-organizam social e politicamente na luta por igualdade de dignidade e reconhecimento da diferença na unidade, enfrentando processos históricos e estruturais de exclusão social. Em síntese, trata-se de “[...] processos políticos, investigativos e de aprendizagem protagonizados por sujeitos que carregam orgulhosamente suas experiências públicas como bagagem inegociável” (Ferrarini; Giannella; Felberg, 2024, p. 123).

Esse quadro teórico, que começa a ganhar forma e densidade em nosso artigo anterior (Ferrarini; Giannella; Felberg, 2024), constitui a base que sustenta o conceito emergente de “experimentação democrática sociocentrada”. Partimos do pressuposto de que “[...] a experiência pública passaria a ser uma experimentação democrática quando surge o desejo de seguir vivendo e aprimorando, ou ‘vivê-la de novo’, entender como ela se deu e sistematizá-la com vistas à sua reaplicação” (Ferrarini; Giannella; Felberg, 2024, p. 123).

Essas experiências públicas — compreendidas, como já discutido, na qualidade de movimentos autônomos de performance sociopolítica que impulsionam processos investigativos voltados à aprendizagem coletiva transformadora — apresentam

características próprias que reafirmam a concepção ampliada e reconstruída de política abordada na primeira seção desse artigo. Resumindo seus traços:

- a) são radicalmente sociocentradas, rompendo com as lógicas do antropocentrismo capitalista e do Estado hobbesiano. Elas inauguram uma perspectiva sociobiocêntrica, que aposta na capacidade relacional e colaborativa do ser humano, na vida cotidiana em comunidade e na ideia de autocentramento, conforme propõe Acosta (2016);
- b) revalorizam modos de vida ancestrais e saberes considerados ultrapassados, mas que, na prática, inspiram e prefiguram alternativas de futuro. Essas experiências oferecem soluções comunitárias e colaborativas para os desafios impostos pela atual “grande tormenta”⁷, articulando-se a uma ontologia política do território (Moraes; Parra, 2020; Escobar, 2015; Reyes; Ferreira, 2024);
- c) defendem a integralidade do ser humano em sua tríade constitutiva — corpo, razão e emoção — e propõem a superação das dicotomias forjadas pela ciência moderna, as quais têm caráter desagregador, excludente e incompatível com o convivialismo na condição de filosofia política dos “bons conviveres”, que buscamos construir com esperança e ação coletiva;
- d) rejeitam a centralidade incontestável do Estado na ação política, possibilitando o pensamento e a prática de políticas públicas com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado (Souza, 2010; Clastres, 2003) ou mesmo para além do Estado (Oliveira, 2022). Nessa perspectiva, o ente estatal se torna um ator entre outros na arena política, e não seu protagonista absoluto.

O conceito de EDS — no plural, como forma de acentuar sua diversidade, sua multiplicidade e suas variadas possibilidades de expressão, até mesmo como movimento de inovação democrática — emerge, então, como resultado de uma articulação teórico-reflexiva em torno da concepção pragmatista de política e democracia como formas de vida. Essa perspectiva sustenta que tais formas decorrem de um *continuum* de investigações e de experiências públicas, que, por sua vez, retroalimentam a sua própria concepção e as suas práticas, favorecendo, dessa forma, o seu constante aprimoramento e potencial para a mudança.

Em distintas latitudes, do Norte ao Sul Global — com maior incidência nos países da América Latina — proliferam experiências democráticas autodeterminadas e autocentradas, conduzidas por sujeitos em seus próprios espaços de vivência e reprodução sociocultural. Como já destacamos em manuscrito apresentado no 14º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), “[...] são muitos os contextos, protagonistas, dinâmicas e gramáticas das experimentações democráticas

⁷ Representa a crise civilizatória que estamos atravessando, reflexo da exploração capitalista.

sociocentradas”, o que nos impulsiona a compreendê-las e analisá-las com maior rigor científico, reconhecendo-as como potenciais portadoras de novos rumos para a ressignificação da política e da democracia como práticas do comum, orientadas à universalização da cidadania. Nosso interesse por essas experiências, centradas no protagonismo social, torna-se ainda mais pertinente diante dos dados apresentados por Pogrebinski e Ross (2021, p. 59), cuja pesquisa revela uma maior prevalência de inovações democráticas associadas às duas primeiras dimensões tratadas na introdução desse artigo. Os autores concluem que “[...] é comum a quase todos os 18 países que cobrimos: as inovações democráticas na América Latina tendem a ser institucionalizadas”, o que é explicado, em parte, pelos processos de descentralização e constitucionalização do Estado. Essa constatação, salvo investigação mais aprofundada, pode revelar uma persistente expectativa nas soluções estatais e a consequente invisibilização das inovações sociocentradas, frequentemente desconsideradas em seu potencial transformador e democratizante.

Nesse movimento investigativo voltado à melhor compreensão e identificação das EDS, propomos — com base em pesquisas empíricas realizadas por nosso grupo nos últimos cinco anos — uma categorização inicial dos múltiplos casos analisados. Essa categorização contempla três grandes campos de manifestação: povos e comunidades tradicionais, lutas populares e movimentos sociais e coletivos contemporâneos. Tais iniciativas populares indicam a criação de novas formas de viver, de estar no mundo e de conviver em coletividade, manifestando-se em processos e atos que vão desde o autogoverno de microterritórios, construção de jornadas temáticas e alianças entre atores diferentes até as manifestações de rua, assembleias, marchas, retomadas e ocupações de praças, sempre visando a constituição de novos elos sociais e políticos. Como observa Moraes, Tarin e Tibles (2015, p. 24), trata-se da emergência de “[...] novas formas de viver, estar no mundo, estar juntos e viver juntos”. Detalhando esses campos:

a) povos e comunidades tradicionais: são as experimentações democráticas protagonizadas por povos tradicionais que ganharam visibilidade e se fortaleceram desde a década de 1990, por meio do protagonismo e da autodeterminação de grupos historicamente subalternizados pela colonialidade, como indígenas, afrodescendentes, ribeirinhos e camponeses. Essas comunidades reivindicam o reconhecimento, a autonomia e a validação de seus saberes ancestrais e modos de vida. Entre as características dessas experimentações, destacam-se a defesa de territórios, a afirmação identitária, a criação autônoma de sistemas educacionais e de saúde, o papel central de mulheres e jovens, práticas de solidariedade econômica e o respeito à natureza como parte de si (Zibechi, 2007). Em nosso último artigo (Ferrarini; Giannella; Felberg, 2024), analisamos a experiência do Conjupab como exemplo de uma EDS marcada pela cultura democrática indígena e pela atuação política plural dentro e fora das instituições.

A experiência zapatista em Chiapas também reforça esse potencial inovador, com formas horizontais de gestão, como os governos autônomos locais e os coletivos de governos autônomos zapatistas (Reyes; Ferreira, 2024). No Brasil, a Teia dos Povos, no sul da Bahia, destaca-se como uma rede que aposta na autoconstrução do poder popular, reunindo povos camponeses e indígenas em coalizões cosmopolíticas. Conforme Pimentel (2023), essa rede confirma a geração de novas ontologias políticas em territórios negros, indígenas e camponeses, reconhecidos como autonomias comunitárias. A cacique Valdelice expressa essa vivência política ao afirmar que “[...] não adianta falar em democracia sem vivê-la” (*apud* Moraes; Tarin; Tibles, 2015). Casos semelhantes existem em toda a América Latina, como a Assembleia Territorial do Buen Vivir no Equador (Acosta, 2013), as redes de autonomia comunitária na Colômbia (Escobar, 2008) e as comunas autônomas e os movimentos Mapuche no Chile (Richards, 2013), evidenciando o protagonismo indígena em alternativas políticas além dos modelos estatais tradicionais;

b) lutas populares e movimentos sociais: são as características dessas experimentações democráticas, amplamente discutidas na literatura sobre movimentos sociais que buscam uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Em certos contextos, esses movimentos se institucionalizam em torno de pautas específicas, inserindo-se nas dinâmicas institucionais e se motivando pela expectativa de que governos progressistas abram janelas de oportunidade para ampliar direitos ou descolonizar práticas políticas. Mesmo enfrentando desafios no exercício do poder, esses atores buscam preservar sua ética, dimensão pública e causa original, evitando a lógica instrumental do poder. Os casos observados revelam trajetórias duradouras que evidenciam os ciclos entre processos instituídos e instituintes e suas relações contingentes com o Estado, mostrando limites, riscos e potencialidades da transformação democrática. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) exemplifica essa complexidade, articulando atuação institucional e crítica ao Estado. O MST luta pela reforma agrária e democratização do acesso à terra por meio de ocupações, assentamentos e agroecologia. Embora crítico às estruturas tradicionais, o movimento busca diálogo com governos progressistas, mantendo autonomia e ética política ao utilizar essa oportunidade para avançar em suas demandas (Carter, 2006). Na Argentina, as escolas populares, com gestão compartilhada entre alunos e professores, e as assembleias de bairro, espaços autogestionados que distribuem bens e serviços comunitários, ilustram outras formas de experimentações democráticas sociocentradas (Pogrebinschi; Ross, 2021);

c) coletivos contemporâneos: difundiram-se a partir da década de 2010 na América Latina e outras regiões, configurando novas formas de ativismo cidadão (Pleyers, 2018). Segundo Gaiger (2020), esses grupos se caracterizam pela informalidade, autonomia, pluralidade de causas e sujeitos, forte componente afetivo, organização horizontal e

tendência à impermanência. Embora nem sempre visíveis em grande escala, atuam profundamente em seus territórios, articulando demandas locais (Giannella, 2023). Pleyers (2018) destaca que esses ativismos rompem dicotomias tradicionais, integrando pautas como feminismo, ecologismo e anticonsumismo, valorizando autenticidade e ética na política. Exemplos incluem o CPEC, em Porto Alegre, que fomenta a participação de vozes periféricas (Ferrarini; Giannella, 2023), e a Marcha das Vadias, movimento feminista global que contesta normas patriarcais e violência de gênero, organizando-se de forma descentralizada e horizontal (Moraes; Tarin; Tibles, 2015). Esse movimento destaca o corpo como expressão política, rompendo a separação entre privado e político e encarnando a resistência coletiva.

Apesar de suas singularidades históricas, culturais e organizativas, os três tipos de experimentações democráticas sociocentradas aqui descritos compartilham elementos estruturantes que os aproximam. Em primeiro lugar, todos se constituem como expressões de autonomia coletiva diante do Estado e do mercado, afirmando formas próprias de produzir o político por meio de saberes e práticas enraizados nos corpos-territórios e nas vivências concretas dos sujeitos envolvidos. Em segundo lugar, operam uma crítica radical às formas hegemônicas de democracia representativa, propondo, em seu lugar, modelos alternativos de organização política baseados na horizontalidade, na participação direta, na copresença e na vivência comunitária. Em terceiro, são experiências que articulam o cotidiano com o político, desestabilizando dicotomias tradicionais como público/privado, material/imaterial e racional/afetivo, propondo a reintegração da ética, da corporalidade e da subjetividade como dimensões constitutivas da ação política. Por fim, todas essas práticas compartilham uma aposta comum na transformação democrática a partir das margens, não como zonas de exclusão, mas, sim, como espaços férteis de invenção política e ontológica, capazes de engendrar formas plurais e insurgentes de convivência e produção do comum.

5 Reflexões finais

A desconstrução da democracia representativa liberal — tradicionalmente centrada no Estado como protagonista absoluto da dimensão política — é necessária para ampliar a compreensão da política como prática cotidiana, enraizada nas experiências comunitárias e marcada pela diversidade sociocultural. Essa desconstrução revela as limitações das estruturas colonialistas e capitalistas que moldaram a concepção clássica de democracia. Diante do fracasso dos projetos emancipatórios estatais da modernidade, é urgente valorizar as pluralidades das experiências coletivas como base para a transformação social e produção de conhecimento, aproximando-se do experimentalismo democrático, nomeadamente em uma interpretação hibridizada pela contribuição do pensamento decolonial e contracolonial.

As experimentações democráticas sociocentradas, protagonizadas por diversos sujeitos sociais, viabilizam o acesso cotidiano a direitos historicamente negados, a formas autônomas de gestão do comum (Giannella; Martins, 2020) e a uma cidadania ampliada, muitas vezes suprimida na democracia formal vigente. Elas se mostram práticas essenciais por inúmeros motivos: contribuem para a desconstrução de monoculturas, como a do saber, da escala, da classificação social e do tempo linear; afirmam o valor crucial da ancestralidade e da compreensão do tempo como cíclico; são situadas e relacionais, enraizadas no local, mas sempre em relação ao global; e contestam e lutam contra hierarquias sociais para reconhecer o protagonismo de povos, mulheres e todos os sujeitos historicamente discriminados e marginalizados.

Elas compartilham, ainda, uma aposta comum na transformação democrática a partir das margens e contribuem para a redefinição do significado e do valor potencial dos “sujeitos periféricos” nas sociedades contemporâneas; promovem uma crítica radical às formas hegemônicas de democracia representativa, materializam a autonomia coletiva diante do Estado e do mercado via formas de democracia real e substantiva em que se articulam o cotidiano com o político, desestabilizando dicotomias tradicionais.

Acreditamos que, mesmo com óbvios limites e contradições, essas experiências democráticas sociocentradas fortalecem o tecido sociopolítico por meio da participação ativa e da solidariedade e nos permitem uma perspectiva emancipatória não fatalista, capaz de manter aberto o espaço para pensar e praticar, desde já, outros futuros possíveis.

Para o seguimento da nossa pesquisa, lançamos a hipótese de poder considerar as EDS como laboratórios de participação e inovação pública, fomentando uma cidadania ativa, crítica e corresponsável, que tensiona os limites da institucionalidade, buscando aprimorar a relação entre sociedade e Estado.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

ACOSTA, Alberto. Extractivism and neoextractivism: two sides of the same curse. *In*: LANG, Miriam; MOKRANI, Dunia. **Beyond development**: alternative visions from Latin America. Quito, Equador: Fundación Rosa Luxemburg, 2013. p. 61-86.

ALBERT, Bruce. Ethnographic situation and ethnic movements: notes on post-Malinowskian fieldwork. **Critique of Anthropology**, v. 17, n. 1, p. 53-65, 1997. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_6/b_fdi_47-48/010010075.pdf. Acesso em: 29 abr. 2026.

ANDION, Carolina; MAGALHÃES, Thiago. (Re)aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas: experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática.

Revista Sociedade e Estado, v. 36, n. 2, p. 513-543, maio/ago. 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020007>. Acesso em: 29 abr. 2026.

ANSELL, Christopher. **Pragmatist democracy**: evolutionary learning as public philosophy. Oxford: Oxford University Press, 2011.

ARIAS, Patricio. Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existencia (primera parte). **Calle 14**: Revista de investigación en el campo del arte, v. 4, n. 5, p. 80-94, jul./dez. 2010. Disponível em:
<https://doi.org/10.14483/21450706.1205>. Acesso em: 29 abr. 2026.

BALLESTRIN, Luciana. Colonialidade e democracia. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 191-209, 2014. Disponível em:
https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38830/22268. Acesso em: 29 abr. 2026.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BOULLOSA, Rosana de F. Mirando ao revés nas políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. **Pensamento & Realidade**, v. 28, n. 3, p. 68-86, 2013. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/17572>. Acesso em: 29 abr. 2026.

CARTER, Miguel. O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) e a democracia no Brasil. **Agrária**, São Paulo, n. 4, p. 124-164, 2006. Disponível em:
<https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i4p124-164>. Acesso em: 29 abr. 2026.

CASTORIADIS, Cornelius. **El mundo fragmentado**. La Plata, Argentina: Terramar, 2008.

CASTORIADIS, Cornelius. **La institución imaginaria de la sociedad**. Barcelona: Maxi-Tusquets Editores, 2013.

CEFAI, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo. **Novos Estudos Cebrap**, v. 36, n. 1, p. 187-213, mar. 2017. Disponível em:
<https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700010009>. Acesso em: 29 abr. 2026.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

DEWEY, John. **The public and its problems**. New York: Henry Holt, 1927.

DEWEY, John. **Democracia criativa**: a tarefa diante de nós. 1939. Disponível em:
<https://www.novospensadores.com/democracia-criativa-tarefa-diante-de-nos-por-john-dewey/>. Acesso em: 29 abr. 2026.

DEWEY, John. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DORF, Michael C.; SABEL, Charles F. A constitution of democratic experimentalism. **Cornell Law Faculty Publications**, n. 120, 1998. Disponível em:
<https://scholarship.law.cornell.edu/facpub/120>. Acesso em: 29 abr. 2026.

DUSSEL, Enrique. **20 tesis de política**. México: Siglo XXI Editores, 2006.

DUSSEL, Enrique. **Materiales para una política de la liberación**. Madrid: Plaza y Valdés, 2007.

ECHEVARRÍA, Bolívar. **Valor de uso y utopía**. México: Siglo XXI Editores, 1998.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference**: place, movements, life, redes. Durham, EUA: Duke University Press, 2008.

ESCOBAR, Arturo. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 35, 2015. DOI: 10.5380/dma.v35i0.43540. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/43540>. Acesso em: 6 maio 2026.

FALS BORDA, Orlando. **Ciencia, compromiso y cambio social**: textos de Orlando Fals Borda. 2. ed. Montevideo: El Colectivo; Lanzas y Letras; Extensión Libros, 2014.

FERRARINI, Adriane V. **Pobreza**: possibilidades de construção de políticas emancipatórias. São Leopoldo: Oikos, 2008.

FERRARINI, Adriane V.; GIANNELLA, Valéria. As vozes da periferia na democratização da cidade: o 1º Congresso Popular de Educação para a Cidadania em Porto Alegre. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 47., 2023, Campinas, SP. **Anais [...]**. Campinas, SP: ANPOCS, 2023. p. 1-17.

FERRARINI, Adriane V.; GIANNELLA, Valéria; FELBERG, Altemar. Experimentações democráticas sociocentradas na descolonização de práticas de participação: o caso do Conselho da Juventude Pataxó da Bahia. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 2, p. 114-136, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcsoc.2024.230473>. Acesso em: 29 abr. 2026.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig (ed.). **Habermas and the public sphere**. London: MIT Press, 1992.

GAIGER, Luiz Inácio. A reciprocidade e os coletivos de auto-organização da vida comum: uma resposta ao capitalismo de crise. **Otra Economía**, v. 13, n. 24, p. 3-24, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ungs.edu.ar/index.php/otraeconomia/article/view/879/1132>. Acesso em: 29 abr. 2026.

GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane V.; VERONESE, Marília. O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 61, n. 1, p. 137-169, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582018149>. Acesso em: 29 abr. 2026.

GASPARDO, Murilo. Democracia participativa e experimentalismo democrático em tempos sombrios. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 92, pp. 65-88, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180006>. Acesso em: 29 abr. 2026.

GIANNELLA, Valéria. A democracia em disputa. In: TORRUELLA, Joaquín B.; MARTINS, Simone; NEBOT, Carmem P. (org.). **Uma nova democracia para o século XXI?** Viçosa, MG: S. Martins, 2020. p. 302-326.

GIANNELLA, Valéria. Experimentalismo democrático em tempos de crise democrática: nuances e potencial. In: LOSADA, Janaina Z.; LIMA, Márcio S.; COELHO, Lilian R.; GOÉS, Eva; SILVA, Matheus. **De valente esperança e rebeldia**: ensaios para um Brasil plural. Salvador: EDUFBA, 2023. p. 31-50.

GIANNELLA, Valéria; MARTINS, Fernanda H. Tecendo elos no limiar da pandemia: laboratórios do comum e experiências públicas para a gestão social de territórios. In: CARNEIRO, Ana *et al.* **Estado e sociedade sob olhares interdisciplinares**: experiências participativas, disputas narrativas, território e democracia. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 209-225.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HOFFMAM, Fernando. Entre crise e crítica: os coletivos como novos sujeitos políticos e a reconstrução da democracia. **Disciplinarum Scientia**, v. 16, n. 2, p. 15-29, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumSA/article/view/3635>. Acesso em: 29 abr. 2026.

LANDER, Edgardo. Crisis civilizatoria: el tiempo se agota. In: LEÓN, I. (org.). **Sumak Kawsay: Buen vivir y cambios civilizatorios**. Quito: Fundación de Estudios, Acción y Participación Social, 2010. p. 27-40.

LAVILLE, Jean-Louis; FRÈRE, Bruno. **La fabrique de l'émancipation: repenser la critique du capitalisme à partir des expériences démocratiques, écologiques et solidaires**. Paris: Éditions du Seuil, 2022.

MELO, Rúrion. Contrapúblicos e os novos conflitos na esfera pública. In: BATISTA, Mariana; RIBEIRO, Ednaldo; ARANTES, Rogério (org.). **As teorias e o caso**. Santo André: Editora UFABC, 2021. pp. 269-296.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5-6, pp. 5-14, 1997. Número especial: Juventude e contemporaneidade. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a02.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2026.

MORAES, Alana; PARRA, Henrique. Laboratórios do comum: experimentações políticas de uma ciência implicada. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação – SESC/SP**, n. 10, p. 113-139, ago. 2020. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/ALANA-MORAES-HENRIQUE-Z-M-PARRA.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2026.

MORAES, Alana; TARIN, Bruno; TIBLE, Jean. **Cartografias da emergência: novas lutas no Brasil**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2015.

OLIVEIRA, Gustavo M. **“Caminhar perguntando”**: para além, apesar ou com o Estado? A construção de autonomies nos movimentos de economia solidária de Brasil e México. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

OLIVEIRA, Gustavo M. Avivar a autonomia: movimentos sociais e experimentações democráticas para além do Estado. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 1-29, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/65254>. Acesso em: 29 abr. 2026.

OLIVEIRA, Gustavo M.; FERRARINI, Adriane V. A centralidade do Estado na organização do Movimento de Economia Solidária no Brasil: trajetória, dilemas e possibilidades. **Sudamérica: Revista de Ciencias Sociales**, n. 15, p. 140-167, 2021. Disponível em: <https://oaji.net/articles/2022/8368-1648224620.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2026.

OLIVEIRA, Gustavo M.; FERRARINI, Adriane V.; DOWBOR, Monika W. Economía solidaria y hacer político de los movimientos sociales. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 85, n. 1, p. 9-38, jan./mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22201/iis.01882503p.2023.1.60413>. Acesso em: 29 abr. 2026.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia (org.). **Teoria política feminista: textos centrais**. Niterói: EDUFF, 2013.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 53, p. 121-145, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987315235307>. Acesso em: 29 abr. 2026.

PIMENTEL, Spensy K. Teia dos Povos: estratégias cosmopolíticas agroecológicas na formação de uma rede de autonomias no sul da Bahia. **Revista de Antropologia**, v. 65, n. 1, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.204551>. Acesso em: 29 abr. 2026.

PLEYERS, Geoffrey. **Alter-globalization: becoming actors in the global age**. Cambridge: Polity Press, 2010.

PLEYERS, Geoffrey. **Movimientos sociales en el siglo XXI: perspectivas y herramientas analíticas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

POGREBINSCHI, Thamy; ROSS, Melisa. Inovações democráticas na América Latina. **Revista Debates**, v. 15, n. 1, p. 33-63, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.112490>. Acesso em: 29 abr. 2026.

RECASENS, Andreu V. Discursos “pachamamistas” versus políticas desarrollistas: el debate sobre el elemento Sumak Kawsay en los Andes. **Íconos: Revista de Ciencias Sociales**, n. 48, p. 55-72, jan. 2014. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/server/api/core/bitstreams/5b2bd4d6-460e-49d7-abc3-24cc6cc5a226/content>. Acesso em: 29 abr. 2026.

REYES, Alejandro; FERREIRA, Joelson. **Sonhando a terra do bem virá: zapatismo, autonomia e a Teia dos Povos**. São Paulo: GLAC Edições, 2024.

RICHARDS, Patricia. **Race and the Chilean miracle: neoliberalism, democracy and indigenous rights**. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 2013.

ROUX, Rhina. La política de los subalternos. In: TENORIO, Gerardo A. **Redefinir lo político**. Cidade do México: UNAM, 2020. p. 229-255. Disponível em: <https://publicaciones.xoc.uam.mx/MuestraDocumento.php?Host=6&IdRec=313&TipRec=3>. Acesso em: 29 abr. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. Lisboa: Afrontamento, 2003.

SOUZA, Marcelo. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**, v. 7, n. 11, p. 13-47, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12223/7869>. Acesso em: 29 abr. 2026.

UNGER, Roberto M. A constituição do experimentalismo democrático. **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 257, p. 57-72, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/8584>. Acesso em: 29 abr. 2026.

ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento**. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, UNMSM, 2007.